

fonte: O Imparcial (MMA) class.: APCR 0138

data: 5/5/95 pg.: 5

Entidades discutem os 15 anos do Projeto Carajás

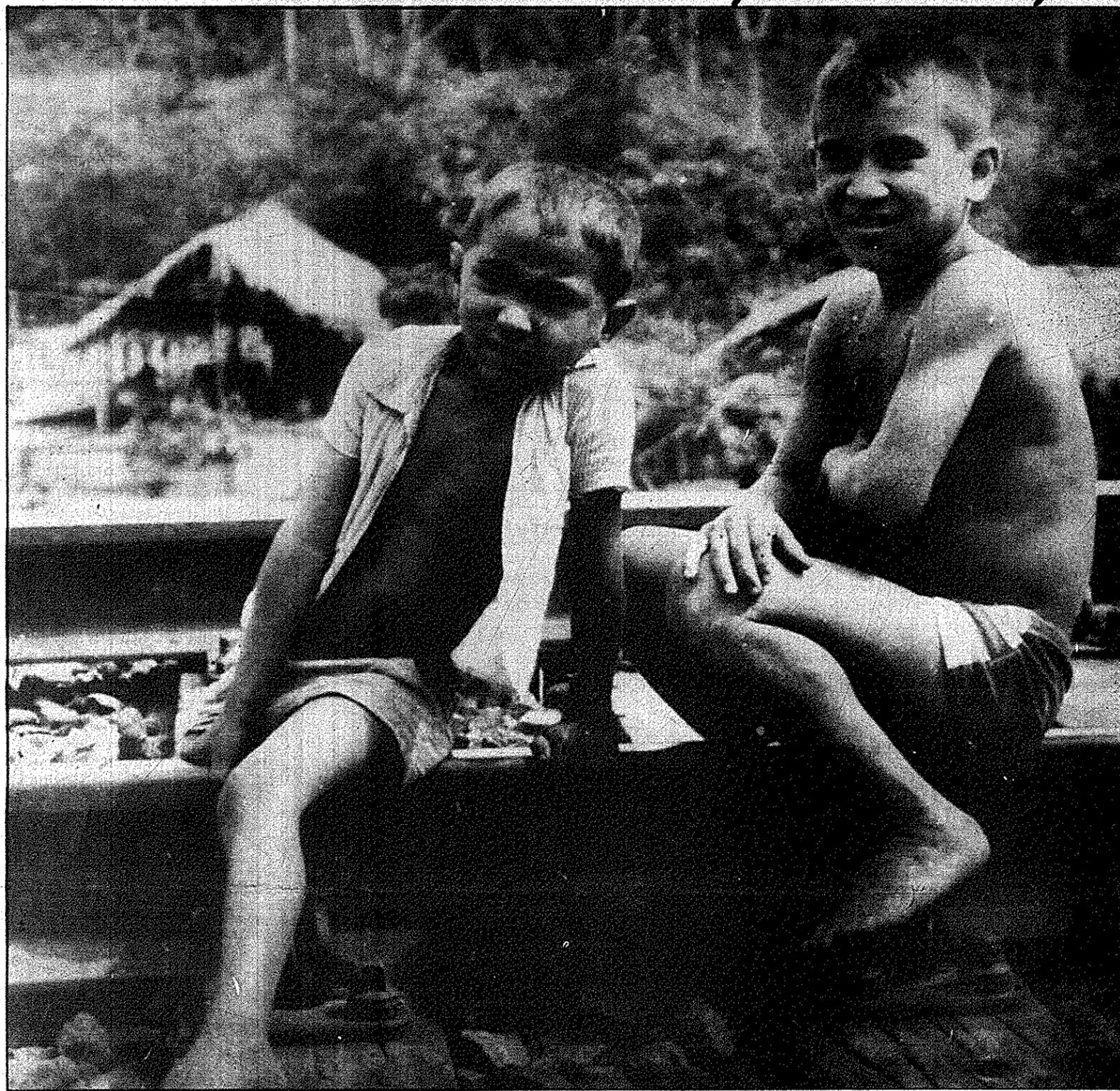
A partir de hoje até domingo, dia 07 de maio, cerca de 130 pessoas de todo país e de países europeus estarão reunidas no Hotel Quatro Rodas (Calhau) na Mesa Redonda Internacional. Estará em discussão os 15 anos do Programa Grande Carajás no Maranhão, Pará e Tocantins.

As entidades da sociedade civil organizada que lutam em defesa das populações dos municípios localizados na área de abrangência do projeto estarão representadas, e pela primeira vez 30 trabalhadores rurais, representando sindicatos e associações camponesas dos três estados vão relatar as condições de vida e dificuldades encontradas na região do Grande Carajás. A participação dos trabalhadores e a Mesa Redonda Internacional serão coordenados pela Cáritas, Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH), Associação Agroecológica Tijupá, CIMI e outras entidades.

Além das entidades e trabalhadores, a Mesa Redonda Internacional vai reunir representantes de instituições públicas e privadas brasileiras, parlamentares brasileiros e europeus, jornalistas alemães, membros de instituições internacionais como o Banco Mundial e Organização Internacional do Trabalho (OIT), entidades de apoio e confessionais. O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, chega hoje a São Luís no início da tarde para participar dos debates. Participarão ainda representantes de empresas instaladas na região do Projeto Carajás, entre elas a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Companhia Siderúrgica do Pará (Costra), Indústria de Celulose e Papel (Celmar). **Exploração** - Segundo Marluze Pastor, da coordenação da Mesa, os problemas sociais das populações da região do Projeto Carajás, entre elas 18 grupos in-

dígenas do Maranhão, se desdobraram em questões trabalhistas com as empresas que prestam serviço à Vale, através do processo de terceirização de mão-de-obra. Muitos trabalhadores rurais passaram a trabalhar em guzeirias, metalúrgicas, carvoarias e outras empresas sem qualquer direito trabalhista respeitado. A jornada de trabalho é em média de 12 horas, não há carteira assinada, pagamento de horas extras e outros direitos. "Hoje se acumulam problemas sociais e trabalhistas", informou Marluze. "Os índios também estão incluídos no contingente de trabalhadores explorados e ainda são atingidos pelo desmatamento das suas reservas. "As madeiras invadem reservas indígenas e áreas de preservação ambiental para desmatar e nenhuma fiscalização do governo é feita para coibir isso", denuncia Marluze. A madeira é retirada do Maranhão e do Pará de forma ilegal, como acontece com a Reserva do Gurupi, no Maranhão. "Não estamos pedindo nada mais do que está previsto em Lei. O próprio governo cria suas reservas ambientais e não fiscaliza. O mesmo descumprimento das leis ocorre nas questões trabalhistas", avaliou a coordenadora.

Documentos - As entidades coordenadoras da Mesa vão entregar aos participantes um caderno de 350 páginas com seis documentos relatando a situação de cada região localizada na área de abrangência do Projeto Grande Carajás. Nos documentos estão contidos aspectos dos problemas sociais e ambientais das políticas adotadas pelo governo no projeto. No final do encontro novo documento será elaborado e distribuído. Será um registro de todo o processo. Os índios vão entregar um documento próprio, elaborado pela Comissão Indigenista Missionária (CIMI).



Um documento de 340 páginas analisa a situação do Carajás em Mesa Redonda